



# Diário Oficial

**Prefeitura Municipal de Peritoró - MA**  
**Prefeito Josue Pinho da Silva Junior**

Edição DOM20220621 Peritoró - MA, 21/06/2022

## **EXPEDIENTE**

O Diário Oficial do Município de Peritoró - MA, exclusivamente na forma eletrônica, é uma publicação da Administração Direta deste Município.

## **ACERVO**

As edições do Diário Oficial Eletrônico de Peritoró poderão ser consultadas através da internet, por meio do seguinte endereço: <https://www.peritoro.ma.gov.br/diario>  
Para pesquisa por qualquer termo e utilização de filtros, acesse <https://www.peritoro.ma.gov.br/diario>. As consultas, pesquisas e download são de acesso gratuito e independente de qualquer cadastro.

## **ENTIDADE**

Prefeitura Municipal de Peritoró - MA  
CNPJ: 01.612.537/0001-75, Prefeito Josue Pinho da Silva Junior  
Endereço: Rua da Prata, s/n - Centro  
Telefone: (99) 991724154 e-mail: [ti@peritoro.ma.gov.br](mailto:ti@peritoro.ma.gov.br)  
Site: <https://www.peritoro.ma.gov.br>

## **Gabinete**

### **LEI MUNICIPAL Nº07/2022, DE 21 DE JUNHO DE 2022.**

*Dispõe sobre as competências, composição e regulamento do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano- CMDU e dá outras providências.*

O PREFEITO MUNICIPAL DE PERITORÓ, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 198, da Lei Orgânica do Município, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

#### **CAPÍTULO I**

**DA NATUREZA, DOS OBJETIVOS, DAS ATRIBUIÇÕES E PRINCÍPIOS**

Art. 1º - O Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano - CMDU é um órgão colegiado, de natureza permanente, de caráter consultivo, deliberativo e propositivo, que reúne representantes do poder público e da sociedade civil, sendo componente da estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal, constituindo-se parte integrante da gestão urbana do Município e do Sistema Nacional de Política Urbana.

Parágrafo único - O Poder Executivo Municipal, por meio da Secretaria Municipal Extraordinária do Patrimônio, assegurará a organização do Conselho da Cidade de Peritoró, fornecendo os meios necessários para sua instalação e funcionamento.

Art. 2º - O Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano - CMDU tem por objetivo acompanhar, estudar, analisar, propor e aprovar as diretrizes para o desenvolvimento urbano e rural, visando à promoção, compatibilização e a integração do planejamento e das ações de gestão do solo urbano, habitação, saúde, educação, saneamento ambiental, mobilidade e acessibilidade.

Art. 3º - O Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano - CMDU tem as seguintes competências:

I - propor, debater e aprovar diretrizes e normas para implantação dos programas a serem formulados pelos órgãos da Administração Pública Municipal relacionados à Política Urbana e Rural;

II - apreciar e propor diretrizes para a formulação e implementação das políticas de desenvolvimento urbano, rural e ambiental do município;

III - emitir orientações e recomendações referentes à aplicação da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e demais leis e atos normativos relacionados ao desenvolvimento urbano e rural municipal;

IV - propor aos órgãos competentes medidas e normas para implementação, acompanhamento e avaliação da legislação urbanística e ambiental;

V - promover mecanismos de cooperação entre os governos da União, Estado, municípios vizinhos, e a sociedade, na formulação e execução da política municipal e regional de desenvolvimento urbano;



VI - elaborar e aprovar seu regimento interno, sua forma de funcionamento bem como a articulação e integração com os demais Conselhos Municipais;

VII - tornar efetiva a participação da Sociedade Civil nas diversas etapas do planejamento e gestão urbanos;

VIII - criar instrumentos e mecanismos de integração das políticas de desenvolvimento urbano e rural;

IX - garantir a continuidade das políticas, planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano e rural do município;

X - monitorar e fortalecer o processo de implementação do orçamento municipal em consonância com as deliberações dos processos participativos relativos às políticas setoriais de desenvolvimento urbano e rural;

XI - convocar e organizar as Conferências da Cidade de Peritoró;

XII - encaminhar as diretrizes e instrumentos da política de desenvolvimento urbano e das políticas setoriais em consonância com as deliberações da Conferência da Cidade de Peritoró;

XIII - dar publicidade e divulgar seus trabalhos e decisões;

XIV - propor a realização de estudos, pesquisas, debates, seminários, Audiências Públicas ou cursos ofertados à política municipal de desenvolvimento urbano e rural;

XV - propor ações e adotar procedimentos e mecanismos, visando combater a segregação sócio-espacial no município;

XVI - acompanhar e avaliar a implementação e a gestão do Plano Diretor de Peritoró, bem como a legislação correlata, zelando pelo cumprimento dos planos, programas, projetos e instrumentos a eles relacionados;

XVII - analisar planos, programas e projetos que, devido a sua escala, impactos ou conflitos, necessitem de parecer de dois ou mais Conselhos de Planejamento Urbano e Rural.

XVIII - avaliar assuntos de notório interesse público, motivado por indivíduos ou organizações sociais desde que plenamente justificados.

Art. 4º - Constituem princípios fundamentais do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano - CMDU e orientadores do seu programa de ação, a participação popular, a igualdade e justiça social, a função social da cidade, a função social da propriedade e o desenvolvimento sustentável.

I - O princípio da participação popular será exercido assegurando-se, aos diversos setores da sociedade, a oportunidade de expressar suas opiniões e participar

dos processos decisórios, garantindo sua representatividade, diversidade e pluralidade;

II - O princípio da igualdade e justiça social será garantido através de medidas, métodos e procedimentos que objetivem a igualdade de acesso pela população às informações, aos equipamentos e serviços públicos;

III - O princípio da função social da cidade será aplicado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano - CMDU observando-se o marco regulatório dos sistemas nacional e internacional de direitos referentes a:

a) moradia condigna;

b) mobilidade urbana;

c) qualidade ambiental;

d) proteção de usufruto dos bens culturais e de lazer;

e) serviços de saúde e educação;

f) segurança pública.

IV - O princípio da função social da propriedade é aquele estabelecido no parágrafo 2º do Art. 182 da Constituição Federal combinado com o Art. 2º Da Lei Federal nº. 10.257, de 10.07.01 (Estatuto da Cidade).

V - O princípio do desenvolvimento sustentável, entendido nesta Lei como o desenvolvimento economicamente viável, socialmente justo, ambiental e ecologicamente equilibrado.

## CAPÍTULO II

### DA ORGANIZAÇÃO DO CONSELHO

Art. 5º - O Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano - CMDU terá sua estrutura composta por:

I - Plenário;

II - Presidência;

III - Secretaria Executiva;

Parágrafo único - A função do membro do Conselho não será remunerada, sendo seu exercício considerado serviço de relevante interesse público.

### SEÇÃO I DO PLENÁRIO

Art. 6º - O Plenário do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano

- CMDU, órgão superior de decisão, será organizado obedecendo ao critério de 50% de representação do poder público municipal, 50% dos representante da sociedade civil organizada, sendo 39% dos movimentos sociais e populares, 11% de entidades empresariais, 11% de entidades sindicais, 11% de entidades acadêmicas e de pesquisa, 11% de entidades profissionais e 17% de organizações não governamentais, num total de 36 membros titulares e seus respectivos suplentes, sendo necessário o quórum mínimo de 50%+1 dos presentes para



deliberação e aprovação.

§ 1º - A representação do Poder Público Municipal será composta por

18 membros (50%) observando-se a seguinte distribuição e composição: I - membro nato: Chefe do Poder Executivo Municipal;

II - membros designados:

Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento; Secretaria Municipal de Saúde;

Secretaria Municipal de Educação; Secretaria Municipal de Agricultura;

Secretaria Municipal de Infraestrutura; Secretaria Municipal de Governo;

Secretaria Municipal de Assistência Social; Secretaria Municipal de Meio Ambiente;

Secretaria Municipal Extraordinária da Cultura e Turismo; Secretaria Municipal Extraordinária do Esporte e Lazer; Secretaria Municipal Extraordinária do Patrimônio; Secretaria Municipal Extraordinária da Igualdade Racial; Secretaria Municipal Extraordinária da Mulher, Cidadania e Direitos Humanos

Controladoria Geral; Procuradoria Geral do Município; Câmara Municipal de Peritoró;

§ 2º A representação da sociedade civil será composta por 18 membros, observando-se a seguinte disposição:

I - 09 (nove) representantes dos Movimentos Sociais e Populares, que para os fins desta lei correspondem às associações comunitárias ou de moradores, movimentos por moradia, movimentos de luta por terra e demais entidades voltadas à questão do desenvolvimento urbano;

II - 02 (dois) representantes de Entidades Empresariais que para os fins desta lei correspondem às entidades de qualquer porte, representativas do empresariado, relacionadas à produção e ao financiamento do desenvolvimento urbano, inclusive cooperativas voltadas às questões do desenvolvimento urbano;

III - 02 (dois) representantes de Entidades Sindicais, que para os fins desta lei correspondem aos sindicatos, federações, confederações e centrais sindicais de trabalhadores legalmente constituídos e vinculados às questões de desenvolvimento urbano;

IV - 02 (dois) representantes de Entidades Acadêmicas e de Pesquisa, que para os fins desta lei correspondem às entidades ensino superior e centros de pesquisas das diversas áreas do conhecimento

vinculadas à questão do desenvolvimento urbano;

V - 01 (um) representante de Entidades Profissionais, que para os fins desta lei correspondem às entidades representativas de associações de profissionais autônomos ou de empresas, enquadrando-se, também, Conselhos Profissionais, regionais ou federais com sede no município;

VI - 02 (dois) representantes de Organizações não Governamentais, que para os fins desta lei correspondem às entidades do terceiro setor legalmente constituídas com atuação na área do desenvolvimento urbano;

#### SUBSEÇÃO I

#### DOS REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 7º - Os representantes do Poder Executivo Municipal serão nomeados pelo chefe do executivo dentre os Titulares ou Adjuntos dos órgãos públicos.

Art. 8º - O representante do legislativo municipal será indicado pela Câmara Municipal de Peritoró.

#### SUBSEÇÃO II

#### DOS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

Art. 9º - A eleição dos membros da Sociedade Civil Organizada será convocada pelo Chefe do Executivo Municipal.

Art. 10 - A 1ª eleição dos membros do conselho será realizada de acordo com as disposições transitórias desta lei.

#### SUBSEÇÃO III DO MANDATO

Art. 11 - O mandato dos conselheiros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano - CMDU será de 03 anos, sendo admitida recondução.

Art. 12 - O conselheiro perderá seu mandato se computada sua falta em 03 (três) reuniões consecutivas ou em 05 (cinco) reuniões alternadas no mesmo ano.

§ 1º - Não será computada a falta da entidade se o conselheiro titular se fizer representar pelo suplente.

§ 2º - A perda do mandato prevista nesse artigo não se aplica ao Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 13 - A perda do vínculo legal do representante com a entidade representada implicará na extinção concomitante de seu mandato

Art. 14 - A perda do mandato de um conselheiro implicará na perda do mandato da entidade representada, que será substituída pela entidade



suplente do segmento, quando houver, que poderá indicar nomes de representantes, titular e suplente.

## SEÇÃO II DA PRESIDÊNCIA E DA VICE-PRESIDÊNCIA

Art. 15 - O Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano - CMDU será presidido através da eleição por maioria absoluta dentre os membros do Plenário, que será substituído automaticamente, em suas ausências, pelo Vice- Presidente.

Art. 16 - O Vice-Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano - CMDU será eleito por maioria absoluta dentre os membros do Plenário.

## SEÇÃO III DA SECRETARIA EXECUTIVA

Art. 17 - A Secretaria Executiva, constituída por servidores cedidos pelo Executivo Municipal, tem o objetivo de dar suporte administrativo e operacional, promovendo a viabilidade das atividades do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano - CMDU.  
Parágrafo único - A composição e competência da Secretaria Executiva serão definidas no Regimento Interno.

## CAPÍTULO III DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Art. 18 - As audiências públicas, a serem convocadas pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano - CMDU, buscarão sempre favorecer a cooperação entre os diversos fatores sociais e o Poder Público Municipal, promover o debate sobre temas de interesse do município e garantir o direito constitucional de participação do cidadão.  
Parágrafo único - As audiências públicas assegurarão a participação de qualquer pessoa interessada pelo tema a ser tratado, sem distinção ou discriminação de qualquer natureza.

Art. 19 - A convocação de audiências públicas poderá ser feita:

I - Pelos membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano  
- CMDU através da maioria absoluta dos seus membros.

II - Pela sociedade civil, quando solicitada por, no mínimo, 1% (um por cento) dos eleitores do município.

Parágrafo único - Ressalvados os casos excepcionais, justificados pelo Plenário do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano - CMDU, as audiências

públicas só poderão ser convocadas e divulgadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

## CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 20 - A primeira eleição dos conselheiros representantes da sociedade civil organizada será convocada, por ato do Chefe do Executivo, em até 15 (quinze dias) após a publicação desta Lei e realizada em até 60 (sessenta) dias contados a partir da data da convocação.

Art. 21 - A nomeação dos conselheiros representantes do Poder Público Municipal será feita juntamente com a divulgação do resultado da eleição citada no artigo anterior.

Art. 22 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PERITORÓ, ESTADO DO MARANHÃO, AOS VINTE E UM DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS.

**JOSUÉ PINHO DA SILVA JUNIOR**

**PREFEITO MUNICIPAL**

Código identificador:

ad31ee8b30b25771f3f4d16130f8f206963698abe24fe7a381e4205e06dcaa84cea  
355728571cbb6c11109aabfe0f50e0294ec028bf01e99085b9b76f784e6fc

## Licitação

### AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, o Sr. Lucas Ravi Vieira da Silva, Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, com base no artigo 43, inciso VI da Lei nº 8.666/1993, resolve: 1. HOMOLOGAR o procedimento licitatório referente ao Pregão Eletrônico nº 012/2022 - CPL, Processo Administrativo nº 024/2022, que objetiva a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAL DE LIMPEZA ATRAVÉS DO SRP, DE INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE PERITORÓ, conforme condições e especificações contidas no Termo de Referência, Anexo I do Edital. 2. ADJUDICAR o objeto do certame as empresas: GOMES IRMAOS LTDA, CNPJ: 09.453.522/0001-13, situada a Rua Antonino Lages, 989, Santo Antônio, CEP: 65.400-000 - Codó - Ma., vencedora dos itens 011, 012, 015, 020, 021, 024, 025, 030, 031, 032,



033, 035, 037, 038, 041, 042, 050, 051, 052, 053, 058, 059, 064, 065, 071, 072, 073, 074, 080, 081, 086, 087, 089, 091, 092, 097, 099, 100, 105, 109, 111, 112, 113, no valor total de R\$ 783.182,97(setecentos e oitenta e três mil, cento e oitenta e dois reais e noventa e sete centavos); M L A S MORAIS, CNPJ: 30.848.027/0001-08, situada a Avenida 01, N° 111 - Bairro Bequimão, CEP: 65062-190 - São Luís - Ma., vencedora dos itens 01, 002, 004, 005, 006, 007, 008, 009, 010, 013, 014, 016, 017, 018, 019, 022, 023, 026, 027, 028, 029, 034, 036, 039, 044, 045, 046, 047, 048, 054, 055, 056, 057, 060, 061, 062, 063, 066, 067, 068, 069, 070, 075, 078, 079, 082, 083, 084, 085, 090, 093, 094, 095, 096, 098, 101, 102, 103, 104, 106, 107, 108, 110, 114, no valor total de R\$ 853.948,90(oitocentos e cinquenta e três mil, novecentos e quarente e oito reais e noventa centavos); MARLETE A SILVA, CNPJ: 02.321.637/0001-05, situada a Rua Armando Vieira da Silva, nº 30 - Bairro de Fátima - São Luís - Ma., vencedora dos itens 043, 049, 088, no valor total de R\$ 68.271,80(sessenta e oito mil, duzentos e setenta e um reais e oitenta centavos); REPLETA DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ: 26.689.426/0001-98, situada a Av. Francisco Carlos Jansen, 812 B, Bairro Parque Piauí - CEP:65.631-140 - Timon - Ma., vencedora dos itens 03, 040, 076, 077, no valor total de R\$ 76.625,00(setenta e seis mil, seiscentos e vinte e cinco reais). 3. DETERMINAR que sejam adotadas as medidas cabíveis para a contratação das referidas empresas.

Peritoró (MA), 21 de junho de 2022

Lucas Ravi Vieira da Silva  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e  
Planejamento

Código identificador:

ad31ee8b30b25771f3f4d16130f8f206963698abe24fe7a381e4205e06dcaa84cea  
355728571cbb6c11109aabfe0f50e0294ec028bf01e99085b9b76f784e6fc



**Prefeitura Municipal de Peritoró - MA**

CNPJ: 01.612.537/0001-75

Prefeito Josue Pinho da Silva Junior  
Rua da Prata, s/n - Centro  
Telefone: (99) 991724154

